

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2008:

Aos vinte e oito dias de mês de Abril de dois mil e oito, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e cinco minutos iniciou-se e teve lugar a segunda sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1.1 – SUSPENSÃO DE MANDATO DE FERNANDO MANUEL VARELA NUNES/ PREENCHIMENTO DE VAGA – JOAQUIM SANTOS = VERIFICAÇÃO DE PODERES;
- 1.2 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 15 DE FEVEREIRO DE 2008

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;
- 2.2 – PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO EM CURSO = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.3 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2007, E AINDA A APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS AVALIAÇÕES;
- 2.4 – APRECIÇÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2007 DA EMPRESA MUNICIPAL COMBANIMA, ESPAÇOS MUNICIPAIS, E.M;
- 2.5 – APRECIÇÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2007 DA PROFACADEMUS – ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO;
- 2.6 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO, AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DA LEI Nº2/2007, DE 15 DE JANEIRO;
- 2.7 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO NO VALOR DE €300.000,00, PARA OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA (PRAUD);
- 2.8 – CONSTRUÇÃO, GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO/PROPOSTA = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.9 – REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DO PARQUE INDUSTRIAL DE SANTA COMBA DÃO/DESAFECTAÇÃO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL E RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL=APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO DOCUMENTO JUSTIFICATIVO DA DESAFECTAÇÃO DAS SERVIDÕES

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e António Agostinho Castro Cunha. Participaram também na sessão os senhores deputados Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre do Amaral, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, Agostinho Pires, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Sandro Branquinho de Matos, Paulo Dirceu Domingues dos Santos, António João dos Santos Martins, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, António Alexandre Varela Gomes, Nuno João Marques da Costa Pereira, Guilherme Luís Leitão Castanheira, Manuel Macedo Varela Dias, António Dias da Cruz Brinca da Silva, José Rui Batista Alves Ferreira, Augusto de Oliveira Santos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia que tomaram assento nas bancadas que lhes estavam destinadas. Esteve também presente o Sr. Deputado Joaquim Santos que conforme o ponto um desta sessão tomou posse.

Verificou-se a ausência dos Srs. Deputados Lauro Figueiredo Gonçalves e Rui José de Sousa Branquinho Ramos, que justificaram a falta. Quando decorria o debate do ponto dois ponto cinco, o Sr. Deputado Guilherme Luís Leitão Castanheira, ausentou-se definitivamente, pelo que ao abrigo do ponto 2 do Artº 38º do Regimento lhe foi marcada falta, que entretanto foi justificada.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um - SUSPENSÃO DE MANDATO DE FERNANDO MANUEL VARELA NUNES/ PREENCHIMENTO DE VAGA – JOAQUIM SANTOS = VERIFICAÇÃO DE PODERES. O cidadão Joaquim Santos prestou juramento e tomou posse como Deputado desta Assembleia, depois de se proceder à sua identificação.

Ponto um ponto dois - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 15 DE FEVEREIRO DE 2008. Não se registando qualquer pedido de intervenção, passou-se para a votação sendo a acta aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia, de seguida propôs que a próxima sessão ordinária tivesse lugar a 27 de Junho de 2008 com início às 10.00 horas de modo a que se fizesse uma visita ao Aterro Sanitário do Planalto Beirão, sendo a sessão pública da Assembleia marcada para as 15.30 horas. Não houve qualquer objecção por parte dos Srs. Deputados. Deu de seguida a palavra aos Srs. Deputados, tendo a primeira intervenção sido feita pela Sra. Deputada Elsa Amaral que, começou por manifestar a sua satisfação pela colocação de oliveiras no “Espaço Santa Comba Dão”. Focou e lamentou a situação posta na última Assembleia pelo Sr. Deputado João Boto Martins e não Machado como referiu e que o Sr. Deputado a seguir corrigiu, da suposta merenda feita em resultado da venda de ferro velho, que teria sido feita pela equipa de recolha de monstros e de limpeza de fossas, trabalho que como referiu é humilde, que é rejeitado pela maioria e que lhe merecia o maior respeito. Terminou dizendo que lhe caiu mal tal referência, no entanto se tinha ofendido alguém apresentava as suas desculpas.

Não havendo mais pedidos de intervenção passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto 2 do Artº 19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que fez a sua intervenção apoiada no sistema de Power Point. Para além dos pontos já constantes da informação que foi distribuída aos Srs. Deputados, referiu ainda outros que a seguir se mencionam. A geminação com a cidade francesa de Damazan seria brevemente concluída com a vinda da delegação da cidade francesa para assinar o acordo de geminação, lembrou que o processo tinha sido atrasado devido às eleições autárquicas recentemente realizadas em França. Focou o acordo assinado entre a Câmara Municipal, através da Combanima e a Associação de Profissionais de Desporto e Educação Física de Santa Comba Dão para a cedência de uma sala polivalente no Pavilhão Gimnodesportivo, com o objectivo de ali ser instalado um ginásio. Este acordo terá a duração de 10 anos e renderá à Combanima 50 mil euros que se destinarão a obras de conservação e beneficiação do Pavilhão. Em relação às parcerias público-privadas referiu as obras nos Centros Educativos de S.C.Dão e Sul e que o Centro Educativo Norte, cujo projecto já estava aprovado pela DREC seria promovido inteiramente pela Câmara Municipal sendo retirado das parcerias uma vez que era possível o seu financiamento através do QREN. O largo da Câmara e as obras à sua volta seriam inauguradas no próximo dia 1 de Maio, também feriado Municipal, pelo que convidou os Srs. Deputados e a população em geral para assistirem à inauguração. Foi inaugurado o circuito de manutenção junto ao Estádio Dr. Estêvão de Faria de que é promotora a Junta de Freguesia de S.C.Dão e feito num terreno cedido pela Santa Casa da Misericórdia. Focou também o protocolo assinado com a TRANSDEV para a criação de carreiras de transporte público: a primeira fase iniciar-se-á em Maio com duas carreiras para as zonas industriais da Catraia e das Lameiras e a segunda fase ocorrerá em Setembro com o reforço de meios para servir o concelho. Focou também a sessão de esclarecimento promovida pelo Gabinete do Investidor feita pela ASAE e destinada aos comerciantes do concelho. Referiu também o Festival de Teatro do Grupo Cénico de S.Joãozinho que decorrerá até ao final do ano e que terá espectáculos em todas as Freguesias. Em relação às obras realçou para além das já constantes da informação distribuída: a inauguração do novo edifício para os Serviços Técnicos, a inauguração da estrada Nagozela/Gândara (Tondela), a ligação S. João de Areias/Parada, a abertura ainda em terra batida da estrada do Lameirão que liga Vila Deanteira ao cemitério de S.João de Areias, a conclusão da capela de Anta no Vimeiro, o parque infantil do Rojão Grande, a conclusão do depósito de cadáveres e a reabilitação dos espaços junto ao largo da Câmara. Quanto a esta última obra, aproveitou para responder a algumas críticas que têm sido feitas dizendo que aquelas obras eram financiadas totalmente pela parceria Público-Privada e que não se tratava de centralismo, a obra não era só da Freguesia de S.C.Dão, mas sim de todo o concelho, pois aquela era a sua sala de visitas. Terminou debruçando-se sobre a situação financeira do Município, analisando os mapas

já distribuídos e ainda um mapa das despesas com pessoal e outro com uma simulação do endividamento considerando que a nova Lei das Finanças Locais estivesse em vigor em anos anteriores a 2007. Disponibilizou-se de seguida a prestar os esclarecimentos que os Srs. Deputados pretendessem.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado João Boto Martins, que solicitou esclarecimentos sobre o projecto para o novo complexo de Piscinas Municipais mencionado na informação do Sr. Presidente da Câmara.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, referiu que o projecto no momento não passava de um sonho, mas era elaborado tendo em conta o futuro e qualquer oportunidade que pudesse surgir. Considerou que o actual complexo de piscinas estava completamente desadequado, não só em relação á utilização, como também aos seus consumos energéticos. A sua localização em relação aos complexos escolares também originava grandes problemas no que diz respeito ao transporte dos alunos. Assim e como planear não trazia mal algum, o projecto iria ser elaborado para uma localização próxima das estruturas escolares e desportivas e esperando qualquer oportunidade.

A Sra. Deputada Carla Cunha, fez a seguir a sua intervenção dizendo pensar que os mapas da situação financeira apresentados pelo Sr. Presidente da Câmara seriam diferentes dos que constavam da documentação distribuída, solicitou que lhe fosse facultada essa informação. Perguntou como conseguia chegar aos valores mencionados, diferentes dos seus no mapa das dívidas.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que de momento não conseguiria responder e que oportunamente daria a informação.

Pediu de seguida a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz, que propôs que a equipa de jardinagem da Câmara, fizesse uma intervenção nos nós da IP3 que se encontravam cravejados de mimosas e que nada dignificavam as entradas em S.C.Dão. Em relação ao mencionado projecto de requalificação da Escola Profissional que constava na informação distribuída, perguntava se o projecto podia ser apresentado para candidatura aos fundos do QREN, uma vez que e segundo pensava a escola não era propriedade da Câmara Municipal.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse que havia efectivamente um protocolo com as Estradas de Portugal em que o arranjo urbanístico dos nós de S.C.Dão e Treixedo no IP3 eram da responsabilidade da Câmara. Já no ano passado se tinha iniciado o combate com vista à erradicação das mimosas, o que é difícil, até porque é condicionada a utilização de herbicidas mais fortes para não contaminar as linhas de água. Tanto ele como todos estavam interessados em apresentar as entradas de S.C.Dão com uma boa imagem. Foi feita alguma manutenção nas partes centrais, sendo mais complicado fazer as intervenções nos taludes. Será feita alguma intervenção mas ainda iria demorar algum tempo. Em relação ao projecto para a Escola Profissional, informou que ainda não era propriedade da Câmara, embora já houvesse uma grande aproximação em relação ao preço de compra. Esta aquisição podia ser comparticipada por verbas do QREN. Do valor inicialmente pedido pela Direcção Geral do Tesouro ou Património o valor agora em causa já estava em menos de metade, no entanto não estava ainda satisfeito e tinha feito nova proposta de que aguardava resposta, esperando que brevemente o assunto estivesse resolvido.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se para o ponto dois ponto dois - PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO EM CURSO = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este informou que a revisão resultava da necessidade de contemplar a abertura de rubricas no orçamento que não estavam previstas e em resultado da abertura de algumas candidaturas ao QREN. Possivelmente na próxima sessão surgirá uma nova revisão em resultado da necessidade de abrir mais algumas rubricas em virtude de novas candidaturas resultantes da saída de novos regulamentos. Não havendo qualquer pedido de esclarecimento o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto três - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2007, E AINDA A APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS AVALIAÇÕES. O SR. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que fez a apresentação do fecho de contas de 2007 baseando-se no conteúdo do Relatório de Gestão constante da documentação distribuída aos Srs. Deputados e começando por realçar que este era o primeiro fecho de contas depois da entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais, factor que considerou importante e também o primeiro fecho de contas sujeito ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais que obriga os Municípios a um controlo apertado e transparente que é reflectido neste fecho de contas. Em relação às contas o executivo assume as dificuldades financeiras existentes que não podem ser dissociadas das contas de anos anteriores, que como diz o relatório condiciona toda a estratégia a seguir futuramente. Em relação à receita realçou que esta foi a maior de sempre do Município, que incluía cerca de 1,5 milhões de euros vindos da renegociação do contrato com as Águas do Planalto e não como se tinha querido tentar passar que era resultado da boa gestão do executivo anterior. Na receita focou ainda que os valores recebidos do Estado (FEF) foram menores que no ano anterior. No que diz respeito à despesa referiu a diferença entre despesa paga e despesa executada, sendo que toda a despesa que o Município fez em 2007 foi paga, ficando por pagar apenas despesas vindas de anos anteriores. Disse que nas despesas com pessoal existia uma verba de cerca de 175 mil euros que originava a diferença entre a despesa paga e a despesa executada em virtude de se estar a pagar uma dívida acumulada à ADSE que o anterior executivo contraiu ao não pagar as participações a que estava obrigado e que este executivo teve que renegociar, estando a pagá-la em tranches, sendo o valor total da dívida de cerca de 250 mil euros. Referiu o aumento das despesas com pessoal em cerca de 5,9 % e explicou as suas razões (resultado da imposição de novas competências, aumento de vencimentos, aumento das taxas de desconto social, subidas de escalão e aumento das horas extraordinárias) focou o enorme aumento da despesa em resultado da subida do preço dos combustíveis, quer para a circulação, quer para aquecimento que não foram acompanhados com as verbas vindas do FEF, que pelo contrário diminuíram cerca de 6 % desde 2005, tendo em conta os valores da inflação. A actual crise económica Mundial poderá agravar a situação. Referiu a seguir o atraso na entrada em vigor do QREN que se reflecte nas contas e comparou as verbas quase insignificantes recebidas em 2006 e 2007 comparadas com anos anteriores sendo que

em 2007 a verba recebida foi de cerca de 20% em relação a 2004, isto não tendo em conta a inflação sempre importante e que apenas por má fé se poderá esquecer em todas as análises. O endividamento do Município desceu cerca de 11.19%, permanecendo acima do valor legal. Fez a análise da situação económica focando os proveitos e os custos, realçando os valores mais elevados e respectivas percentagens. Aqui fez referência ao valor das amortizações de mais de 3,5 milhões de euros, quando em 2005 tinham um valor de cerca de meio milhão de euros, isto em resultado da actualização e aumento do valor do património que passou de 16 milhões de euros em 2005 para 50 milhões de euros em 2006. Esta situação influenciou negativamente o resultado líquido do exercício de 2007, pois se o valor fosse igual ao de 2005 o exercício até teria resultado positivo. Em relação à situação financeira frisou o grande aumento do valor da dívida de terceiros que na sua opinião também deveria ser contabilizada e que provocaria uma melhoria no valor total do exercício. Quanto às dívidas a terceiros assumia que a situação era preocupante, mas que poderia ser melhorada caso a Assembleia aprovasse o ponto previsto para a contratação do empréstimo para saneamento financeiro. As dívidas à banca têm vindo a diminuir e os contratos existentes têm sido cumpridos pela Câmara, estando por isso controlada. As dívidas a fornecedores registaram uma pequena diminuição o que não aconteceu com as dívidas a Outros Credores que aumentaram em resultado do acordo de regularização da dívida à Tecosil em resultado da sentença do Supremo Tribunal que já não tem recurso e que condenou a Câmara a pagar 525 mil euros àquela empresa. Esta condenação e valor foi o resultado da falta de capacidade de diálogo e negociação por parte do anterior executivo que deu origem a que uma dívida de cerca de 90 mil euros passasse para 525 mil euros. Se esta dívida não existisse e se não houvesse dívidas de terceiros, também o resultado final do fecho de contas seria bem melhor.

O Sr. Presidente da Assembleia, deu de seguida a palavra aos Srs. Deputados, tendo a primeira intervenção sido feita pelo Sr. Deputado Sandro Branquinho que direccionou a sua questão para o valor do Património actualmente existente e o que se encontrava registado em 2005 e as consequências que daí resultaram no fecho de contas com o actual valor das amortizações. Terminou perguntando ao Sr. Presidente da Câmara o porquê do anterior executivo não ter o valor do Património actualizado e qual seria o resultado final do fecho de contas se não houvesse o actual valor das amortizações.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que não podia comentar concretamente a questão da não actualização do Património por parte do anterior executivo, mas possivelmente teria sido por desconhecimento ou porque teriam sido feitas contas e os resultados que passariam para o fecho de contas com o valor das amortizações teriam sido levados em conta. Caso o valor das amortizações fosse igual ao de 2005 o fecho de contas teria um resultado positivo de cerca de 600 mil euros. Comentou também que a Câmara não se podia considerar como falida pois o actual valor do Património era significativo e essa situação era uma garantia sempre presente principalmente quando havia negociações com a banca e na concretização das parcerias.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Carla Cunha, que questionou o valor elevado (cerca de 2 milhões de euros) apresentado no controlo orçamental da despesa

em Outros Serviços e na parte da receita em Taxas, Multas e Outras Penalidade (cerca de 1.5 milhões de euros).

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara informou que o valor de 1.5 milhões de euros em Taxas, Multas e Outras Penalidades era o valor resultante da renegociação do contrato com as Águas do Planalto e o valor em Outros nas despesas, era-lhe de momento impossível dar uma resposta concreta mas que oportunamente faria chegar à Sra. Deputada o esclarecimento necessário. Para um melhor esclarecimento solicitou a intervenção do Sr. Vereador Fernando Cruz que informou que a inscrição em Taxas do valor de 1.5 milhões de euros e não numa outra rubrica resultava do aconselhamento dado pelos auditores e confirmou a clarificação por escrito da dúvida levantada sobre o valor da despesa inscrito em Outros Serviços, que englobaria uma enormíssima variedade de despesas que podiam ser inscritas naquela rubrica.

O Sr. Presidente da Câmara, adiantou ainda a informação de que o valor da receita quando entrou nos cofres da Câmara já não havia a possibilidade de fazer uma nova revisão ao orçamento uma vez que já foi depois da sessão de Dezembro da Assembleia Municipal, assim posta a questão aos auditores estes aconselharam aquela solução.

Pedi a seguir a palavra o Sr. Deputado João Boto Martins que disse ter ficado confuso com a questão posta pelo Sr. Deputado Sandro Branquinho e com a resposta do Sr. Presidente da Câmara, quando inicialmente julgava ter ficado algo esclarecido com a primeira intervenção do Sr. Presidente da Câmara. Pensava ter havido por parte do Sr. Deputado alguma confusão entre situação económica e situação financeira, pelo que pedia para ser esclarecido em que medida o facto do Património Camarário que já existia, mas que não estava inventariado, passando dos 16 milhões para os 50 milhões de euros influenciou a situação financeira da Câmara em termos de receitas e de despesas em 2007.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse ter referido a situação económica e não financeira uma vez que as amortizações são referidas na análise económica focando o relatório de gestão (página 12) que refere a questão.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Paula Francisca Gomes, que referiu que este executivo não recebeu apenas boas infra-estruturas como é dito, mas também dívidas como é o caso das dívidas à ADSE referidas pelo Sr. Presidente da Câmara e também novas realidades impensáveis até 2005. Terminou comentando a necessidade de que quando se abordarem números haver por um lado a coragem de admitir a realidade e por outro lado continuar a mudança.

Pedi a seguir a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa dizendo que tanto quanto sabia a comparticipação para a ADSE era da responsabilidade dos trabalhadores. No fecho de contas não encontrava qualquer rubrica ADSE e apenas Segurança Social não sendo a mesma coisa pois havia diferenças entre trabalhadores do quadro e trabalhadores contratados. Tendo feito rapidamente contas achava que os descontos mencionados para a Segurança Social não se ajustavam aos valores indicados nas despesas com salários. Ressalvou que desconhecia se a realidade dos encargos da Câmara Municipal eram idênticos aos do serviço onde trabalhava, podendo haver alguma comparticipação dos serviços para aquelas entidades. Considerou que os

descontos eram recolhidos pela entidade patronal e entregues ao Estado, se era esta a situação que ficou em dívida era grave porque a retenção destes valores implicava outras situações. Pediu explicações sobre se a Câmara, como entidade patronal também estava taxada para a ADSE e C.G.Aposentações.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse ao Sr. Deputado que na realidade não estava bem informado, pois em relação à CGA a Câmara pagava 15% de comparticipação do valor dos vencimentos dos funcionários do quadro e em relação à ADSE a Câmara pagava o valor das intervenções e assistência aos funcionários, que inicialmente são pagos pela ADSE, mas que depois esta envia para a Câmara pagar. Realmente os descontos para ADSE e C.G.A pagos pelos funcionários ficam logo retidos para entrega ao Estado. A dívida que mencionou referia-se à primeira situação que o anterior executivo não pagava e que deixou acumular até ao valor de cerca de 250 mil euros atrás referido.

Foi dada de seguida a palavra à Sra. Deputada Edite Cruz que em relação ao aumento das despesas com os novos funcionários pagos na maioria à hora em virtude das novas competências, verificava que as transferências financeiras da DREC também tinham aumentado. Tinha verificado também que o investimento em 2007 nas escolas e nos jardins-de-infância foi inferior ao de 2006. Terminou comentando que as despesas com pessoal também eram comparticipadas.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara confirmou que havia efectivamente contrapartidas para a receita, mas do que se estava a falar era da despesa e o que se debatia era a percentagem da despesa com pessoal, concerteza que a receita também continha as comparticipações. Quanto aos investimento nas escolas, disse ser normal que em 2007 estes valores tivessem diminuído, pois em 2006 o investimento foi enorme. Essa diminuição fazia todo o sentido pois o funcionamento dos Centros Educativos estava para breve.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado César Branquinho que começou por dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não estava de acordo com as contas apresentadas e por isso iria votar contra. Fez comparações das despesas correntes e despesas de capital nos anos de 2005,2006 e 2007 concluindo ter havido uma inversão nas despesas correntes. Focou os valores das despesas com pessoal, salientando o seu aumento, agravado se contabilizadas as despesas com pessoal da Combanima. Solicitou, à semelhança da Sra. Deputada Carla Cunha esclarecimento sobre o valor inscrito em Outros Serviços. Referiu as dividas a terceiros cujo aumento não foi significativo e o aumento do passivo. Leu a seguir a declaração de voto do Partido socialista, que faz parte integrante desta acta e constitui o seu anexo nº1.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, começou por manifestar o seu espanto palas afirmações do Sr. Deputado, depois do que foi a sua explicação inicial. Em relação ao milhão e meio de euros, voltou a frisar que essa verba não tinha nada a ver com as rendas atrasadas conforme já tinha explicado e perguntou onde estavam os 18 milhões de euros que foram pagos às Águas do Planalto dos investimentos feitos em infra-estruturas. Em relação ao valor das despesas correntes e despesas de capital disse que o Sr. Deputado devia fazer uma análise aos anos de intervalo aos vários Quadros Comunitários de Apoio que houve durante os 16 anos de poder do Partido Socialista,

mas não o fazia porque não interessava uma vez que sabia que os investimentos de capital eram feitos à base destes Quadros de Apoio, o que quase não aconteceu em 2006 e 2007 como já tinha explicado. Quanto às despesas com pessoal, lamentou que mais uma vez se tivesse esquecido do impacto forte que a inflação e os aumentos de vencimentos têm. Em relação ao passivo, mais uma vez foram esquecidas as amortizações. Sobre a referência à capacidade de endividamento lembrou o Sr. Deputado que a partir da entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais, tal conceito deixou de existir e lamentou que tal Lei não tivesse entrado em vigor 10 anos mais cedo, pois a situação não teria chegado a este ponto e o Partido Socialista teria tido a obrigação de inverter a marcha que estava a seguir, pois era obrigado a fazê-lo. Sobre as parcerias Público - Privadas tinha todo o direito a criticar as opções tomadas, mas lembrou que quando se fazem investimentos, faz-se também planeamento que inclui a parte financeira e aí verificar-se-á que a partir de 2013 a maior parte dos empréstimos existentes e que não foram feitos por este executivo se encontrarão numa fase descendente das suas amortizações e é nessa data que começa o valor das rendas das amortizações das parcerias. Quanto às obras por administração directa, lembrou ao Sr. Deputado os quilómetros feitos nas redes de saneamento e de água, os espaços verdes e muitas outras intervenções feitas pelo pessoal da Câmara e não por contratualização.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Agostinho Pires, que começou por referir que a conta de gerência apresentada seguia o princípio da transparência, um dos estabelecidos pela Lei das Finanças Locais. Esta conta apresentava de forma rigorosa e acessível a situação financeira da Câmara, mas também com verdade, realismo, sem maquilhagem, sem subterfúgios, com total transparência e objectividade a situação económica do Município. Realçou a intenção expressa do Sr. Presidente da Câmara em, com eficácia procurar reduzir e controlar as despesas e arranjar soluções para conseguir mais receitas para inverter a situação que até agora se verifica. Assim e tendo em conta a posição do Partido Socialista lembrou a expressa na acta da Câmara Municipal pelo Sr. Vereador do Partido Socialista Afonso Viegas ao dizer que a dívida encontrada pelo PS quando iniciou os 16 anos de poder já era muita substancial e que contribuiu para os aumentos ao longo dos anos. Discordou de tal afirmação referindo o então Presidente da Câmara, Eng. Daniel Santos como sendo rigoroso e para quem era prioritário regularizar as dívidas, tendo como referiu sido elogiado pela Inspeção Geral de Finanças. Lembrou os valores da dívida a partir de 1997, que foram sempre aumentando ao longo dos anos. Comentou que o gerar riqueza não se faz de um momento para o outro, sendo preciso capacidade evidenciada através do trabalho e do tempo. Muito do exposto e criticado na declaração de voto de Partido Socialista era praticado pelo anterior Executivo, conforme expresso em parte da acta da sessão de Abril de 2004 que citou, resultante de uma sua intervenção, onde alertava para a necessidade de controlar a situação financeira, mormente despesas correntes, realçando o facto de estarem a ser utilizadas receitas de capital para financiar despesas correntes. Referiu a resposta dada na altura pelo Sr. Presidente da Câmara solicitando-lhe a elaboração de um relatório onde constassem as obras que não teria feito, para não ter aquele endividamento. Leu a seguir um extracto publicado num livro por si escrito onde fazia a análise, indicando os números e percentagens das despesas de capital e correntes em vários anos de gestão do

Partido Socialista, onde no orçamentado as despesas correntes eram inferiores às despesas de capital, mas no executado se verificava o contrário, onde se penalizava o crescimento económico, onde a indústria não cresceu ao nível do verificado nos concelhos vizinhos, onde pouco se fez pelo turismo e onde estagnou o comércio e o emprego. Face a isto não aceitava que agora viesse o Partido Socialista, como Pilatos lavar as mãos.

O Sr. Presidente da Câmara solicitou a palavra para, e depois do que foi dito na anterior intervenção, se dirigir ao Sr. Deputado César Branquinho para que fizesse a análise às contas anteriores a 2005 e não se limitasse às receitas e aconselhá-lo a ler um relatório do Tribunal de Contas referente às contas do Município de 2002 e talvez aí o Sr. Deputado tivesse um pouco de vergonha ao ler aquela declaração de voto que possivelmente tinha sido obrigado a fazer.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Sandro Branquinho, que começou por dar os parabéns à bancada do Partido Socialista pelo que foi a boa gestão Socialista. Perguntou a seguir se o Partido Socialista sabia quanto recebia mensalmente a pessoa responsável pela Casa da Cultura no anterior mandato, o que fazia e a quanto correspondia o seu vencimento em termos dos actuais funcionários.

Pedi de seguida a palavra o Sr. Deputado César Branquinho para dizer que não tendo estudado economia, sabia ler os números e era inquestionável que o actual executivo tinha gasto mais em Despesas com Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços, Prémios e Ofertas, que se tinha invertido a relação de Despesas Correntes e de Despesas de Capital. Tinha o direito de discordar e em relação ao futuro do concelho perguntou o que era feito das Termas do Granjal, da Senhora da Ribeira, da Linha do Dão, do Parque Industrial, onde agora se iria ter a Labialfarma que no entanto já estava prevista no anterior executivo. Em relação à questão do Sr. Deputado Sandro Branquinho, disse que o actual executivo a nível de assessorias gastava mais que o anterior. Sobre a situação exposta disse que não podia concordar com tudo o que o PS fez no anterior executivo, mas que fez um bom desenvolvimento do concelho durante 16 anos, estava à vista e ninguém o podia negar.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Pedro Veloso, que em relação ao focado pelo Sr. Presidente da Câmara nas dívidas a terceiros solicitou esclarecimento sobre o facto da dívida à Tecosil passar de 90 mil para 525 mil euros.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara dirigiu-se ao Sr. Deputado César Branquinho dizendo que concerteza não poderia ver as despesas com pessoal a baixar quando as competências da Câmara seriam hoje outras. Em relação às Termas do Granjal, Senhora da Ribeira, Linha do Dão, Parque Industrial disse que o Sr. Deputado ou andava distraído ou queria andar muito distraído, até lhe devolveu a pergunta: o que fez o anterior executivo nestes casos? Salientou a localização geoestratégica de S.C.Dão favorável para a instalação de indústrias, factor que o Partido Socialista neste caso não podia reclamar para si, pois era resultante da natureza. Esta situação não foi aproveitada pelo anterior executivo e não era agora, numa altura de recessão, que havia oportunidades para tal. De qualquer forma este executivo já garantiu que a Labialfarma garantisse a sua instalação, no anterior executivo foram estabelecidas as conversações mas nada estava garantido, garantiu-se que a Cifial e a Dierre duplicassem as suas

instalações e brevemente será anunciado um novo investimento no parque industrial das Lameiras. Também qualificaram todo o parque e haverá mais intervenções ao nível do ordenamento. Em relação à Ecopista do Dão, disse que quando chegou à Câmara havia um protocolo entre a Câmara e a Refer que não estava assinado devido a um pequeno detalhe: o anterior Presidente da Câmara exigiu que a administração da Refer viesse à Câmara assinar o protocolo, como aquela administração não o fez com qualquer autarquia, também não o fez com S.C.Dão, assim quando tomou posse foi solicitado o envio do protocolo pelo correio, foi assinado e reenviado e foi devolvido o duplicado, tão simples quanto isto, não sendo necessário qualquer “show off”. Quanto à Senhora da Ribeira, convidou o Sr. Deputado a visitá-la e comparar o que havia antes e o que há agora, devendo saber que estava em curso a elaboração de um Plano de Pormenor e enquanto este não estivesse aprovado pouco se podia fazer. Em relação às Termas do Granjal, foi dada continuidade ao trabalho feito anteriormente, teve que ser cancelado o contrato feito com a anterior empresa responsável pela abertura dos furos, que não tinha capacidade para tal, foi aberto novo concurso, o furo já está feito até aos 500 metros e serão feitos mais 200 metros, como devia saber o Sr. Deputado, mas que gosta de esquecer. Está também em curso a elaboração do Plano de Pormenor, condição essencial para que haja investimento. Tudo está planeado e pensado e seria bom que o Sr. Deputado também pensasse de outra maneira e procurasse ver que esta Câmara tem estado a trabalhar, pelo menos em planeamento e obras para que S.C.Dão tenha viabilidade no futuro. Em relação à pergunta do Sr. Deputado Pedro Veloso, disse que o aumento da dívida foi o resultado da falta de diálogo do anterior executivo. Citou o advogado que tratou deste problema que disse em relação ao anterior Sr. Presidente da Câmara que este nunca quis negociar com quem quer que fosse e que fosse o tribunal a decidir. Assim foi o Supremo a decidir e a Câmara foi penalizada em 525 mil euros.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Edite Cruz para lembrar que este processo já vinha do executivo do PSD do Eng. Daniel e pelo que se informou o processo não foi ganho porque houve erros processuais que vinham da anterior Câmara do PSD. Disse que o Sr. Presidente da Freguesia de Treixedo estaria a par destes erros processuais e que estes erros não eram da gestão Socialista não sendo correcto a atribuição de culpas, o que levou a que o processo fosse perdido foram os erros processuais feitos no início e na altura do executivo do Eng. Daniel.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse que o que não esteve correcto foi o deixar arrastar a situação daquela maneira, porque o que estava em causa não era ganhar o processo, pois este estava perdido á partida, o que se deveria ter passado era chegar a um entendimento e pagar os custos que havia na altura e não deixar acumular a dívida e juros sobre juros até chegar à quantia final, isso o PS não podia atirar para trás das costas. O processo já estava perdido quando começou, pois a obra já tinha sido recepcionada pela Câmara, sendo esse o erro do executivo do Eng. Daniel. Qualquer pessoa de bom senso, sabendo que o processo estava perdido, tinha negociado com a empresa e pagava os 90 mil euros e não se tinha chegado aos actuais valores.

Não havendo mais intervenções procedeu-se à votação deste ponto que foi aprovado por maioria de 19 votos (15 votos da Coligação e 4 do Partido Socialista) e 8 votos contra do Partido Socialista (Srs. Deputados José Augusto Sousa, João Boto

Martins, César Branquinho, Nuno Pereira, Paulo Dirceu, Carla Cunha, Edite Cruz e Isabel Cruz). Na altura da votação não esteve presente a Sra. Deputada Paula Cristina Correia.

Seguiu-se para o ponto dois ponto quatro - APRECIACÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2007 DA EMPRESA MUNICIPAL COMBANIMA, ESPAÇOS MUNICIPAIS, E.M. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que começou por afirmar que a Empresa no seu primeiro ano de funcionamento tinha atingido os objectivos para que tinha sido criada. Assim esta veio introduzir nas suas áreas de responsabilidade maior facilidade de gestão, demonstrou uma maior capacidade na captação de receitas e por outro lado permitiu adoptar um controlo mais apertado dos custos. Também permitiu mais rapidamente constituir a parceria público-privada com todos os benefícios daí resultantes. Os custos totais foram quase na totalidade feitos com despesas de pessoal, fornecimentos e serviços externos (97.5%). O peso dos recursos humanos foi grande pois trata-se de uma empresa essencialmente de serviços. Os críticos poderão associar as despesas com pessoal da Empresa e os custos de pessoal da Câmara Municipal, na verdade a Combanima admitiu 14 funcionários da Câmara, mais 16 colaboradores que na sua maioria já estavam ao serviço da Câmara através de Planos Ocupacionais do Fundo de Desemprego. A evolução e a dinâmica dos vários sectores estava à vista e justificava o investimento (Casa da Cultura, Piscinas Municipais e Vimeiros Municipais). A análise dos custos com pessoal não podia só ser feita à luz do aumento verificado, devendo ser comparada com os ganhos sociais daí resultantes, pois hoje S.C.Dão tem visibilidade a nível regional e o associativismo ganhou novo fôlego. Os encargos mensais com o Director da Casa da Cultura no anterior executivo chegavam para pagar os encargos com três funcionários e com outros benefícios. Esta opção de dar maior visibilidade acarretou outros custos como combustíveis, gás e electricidade. A oferta é maior em todas as áreas. Em relação ao resultado negativo do exercício, referiu que o mesmo seria positivo caso fossem considerados vários factores: a venda do terreno à Dão Gest onde está em construção o Centro Educativo de S.C.Dão no valor de 425 mil euros e que foi encargo da Combanima, o reembolso do IVA pago em 2007 no valor de mais de 29 mil euros. Realçou também que a Combanima participou com 49 mil euros no capital social da Dão Gest, o acordo feito com a Inturibeira para a cedência do rés-do-chão da Casa dos Arcos para a futura instalação da Loja do Cidadão de 2ª geração (50 mil euros) e a indemnização aos inquilinos da Casa Paroquial (36 300 euros) assim se somados todos estes investimentos e proveitos verificar-se-ia facilmente que o saldo seria positivo e confortável, conforme se poderá concluir do relatório de gestão do revisor oficial de contas.

Seguiu-se a intervenção dos Srs. Deputados, sendo a primeira feita pelo Sr. Deputado Guilherme Castanheira que começou por referir que o dinheiro era a premissa mais usada na política. O dinheiro era importante para a inovação da sociedade e sendo usado com criatividade era ainda mais rico, assim deu os parabéns ao actual executivo pois tem sido muito criativo. A economia surgiu com o grande filósofo Aristóteles e tem como significado o cuidar da sua casa, assim sendo todos somos economistas à maneira do filósofo. A casa que lhe chamou a atenção foi a Combanima, daí a sua intervenção e

o lembrar das suas áreas de intervenção e objectivos que constam na introdução do relatório de gestão das suas contas. Terminou perguntando ao Sr. Presidente da Câmara se se justificava o dinheiro gasto com o trabalho realizado?

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que a resposta não seria dada por ele, mas sim pelo grande número de pessoas que diariamente sentem no dia-a-dia a influência da Empresa Municipal nos seus diversos eventos realizados e em todas as intervenções feitas. Pensava que sim, que se justificava. Havia o hábito de se confundir o gastar com o investir, mas investir era ter algum retorno e este retorno era essencialmente social que não era possível contabilizar. Assim S.C.Dão tinha outra visibilidade, o associativismo tinha outra dinâmica, o que não era possível através da Câmara, pois a Combanima tinha outra agilidade, capacidade de captar outras receitas e atrair outros patrocínios.

Pedi a seguir a palavra o Sr. Deputado César Branquinho que, começou por lembrar o voto contra do Partido Socialista na criação da Combanima. Analisou o mapa de proveitos e custos e os seus valores, realçando o valor do subsídio camarário inscrito nos proveitos que retirado do valor total, dava um valor bastante pequeno nos proveitos. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se as verbas inscritas em dívidas a Instituições de Crédito e a Fornecedores já estavam pagas ou estavam por pagar. Focou o valor total do passivo para dizer que a Empresa dava um enorme prejuízo que não podia ser considerado apenas no resultado líquido do exercício negativo (201 mil euros) mas somado com o subsídio camarário, por isso o PS iria voltar contra esta apresentação de contas.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que concerteza a Empresa, como todas as Empresas Municipais dependia das transferências do Município, assim como outras que dependem do Estado e que apenas são viáveis porque o Estado injecta capital. Considerou não haver qualquer Empresa Municipal que sobreviva sem transferências dos Municípios e que a sua acção deve ser equilibrada através do apoio Camarário, disse ainda que as receitas apontadas teriam um valor inferior a menos de metade e com menos dinâmica se fossem captadas pela Câmara. Quanto às dívidas a Instituições de Crédito disse que permaneciam até que fosse concluída a venda dos terrenos destinados aos Centros Educativos pois foi para o seu pagamento que as dívidas foram contraídas, logo que os direitos de superfície daqueles terrenos fossem pagos, as dívidas também seriam imediatamente pagas. Quanto às dívidas a fornecedores, essas vão sendo pagas pois não há nenhuma Câmara que pague a pronto. Seria bom que no final do ano estivesse tudo pago, mas não é a realidade, pois paga-se a 60 dias, a 90 dias que são os prazos normais de pagamento e por isso não se tem um saldo zero com fornecedores.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Paula Francisca que, por ouvir falar tanto em obras feitas perguntou que interesse tinha ter uma obra feita se as pessoas não iam lá?

A Sra. Deputada Edite Cruz pediu a palavra para responder que se calhar as pessoas não iam porque se calhar tinham razões para não ir, pois na semana anterior tinha ido à Casa da Cultura assistir a um espectáculo infantil e não se podia lá estar devido ao frio. Perguntava porquê? Seria bom responder e o porquê das pessoas não

irem. Acrescentou que era preciso ter cuidado ao apontar o dedo, pois ficam sempre quatro virados para nós. Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, disse não ser contra o estabelecimento das parcerias, mas contra a forma como as obras que a parceria acautelou, referia-se neste caso à construção dos Centros Educativos. Considerou que tinham sido desperdiçados fundos do QREN e a prova era que tinha havido um recuo pois o Centro Educativo Norte deixou de constar da parceria para ser financiado pelo QREN. Perguntou se valia a pena existirem as parcerias público-privadas pois não havia nenhum privado que investisse sem contrapartidas, por isso pedia esclarecimentos do porquê desta mudança.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que o problema da climatização da Casa da Cultura tinha tido origem numa avaria no sistema, que foi já reparada. As avarias acontecem e são resolvidas. Já foi feita uma inspecção ao sistema tendo sido detectadas algumas anomalias que foram concertadas. Quanto às obras dos Centros Educativos disse que a Sra. Deputada tinha toda a razão, tinha-se recuado. Também era uma prova de inteligência recuar quando se tem uma solução melhor. Havia sempre o problema da comparticipação que neste caso não tinha o valor que se lhe queria atribuir, pois haveria despesas que não eram elegíveis como os espaços exteriores e até as salas de aula se fossem para além do padrão que estava estabelecido. Assim havia a considerar a participação do Município que não tinha capacidade financeira para ter a sua comparticipação na construção dos três Centros Educativos, por isso foi colocada a questão ao nível do Governo para que as parcerias a nível do que está estabelecido nas cartas educativas também tivessem financiamento de fundos comunitários. Feitas as contas decidiu-se a construção por parte da Câmara do Centro que será mais barato e submetê-lo à comparticipação do QREN. Em relação às contrapartidas dos privados nas parcerias discordou da Sra. Deputada pois a grande contrapartida dos privados é nas obras, pois as obras normalmente dão lucros e é esse o lucro dos privados. Gostaria que a Câmara tivesse uma boa situação financeira de modo a não ter que recorrer às parcerias, no entanto deu o exemplo das Câmaras de Mortágua e Carregal do Sal que têm uma situação financeira invejável e que vão recorrer às parcerias para a construção dos seus Centros Educativos.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Agostinho Pires que, referiu a acta da reunião da Câmara Municipal sobre este ponto onde se manifestava a preocupação dos Srs. Vereadores do Partido Socialista sobre a falta de transparência que houve na contratação de pessoal e das obras uma vez que não viram na imprensa qualquer publicação de oferta da Empresa, por isso perguntava o que era mais preocupante ou mais censurável, a falta de publicação ou a publicação para cargos que já se sabia que iam ser ocupados por determinada pessoa? Aqui sim é que se poderia considerar que havia dolo e má fé.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado José Augusto Sousa que, em resposta disse haver uma grande diferença, pois quando se abria um concurso, havia depois a hipótese dos concorrentes efectuarem as suas reclamações.

Não havendo mais intervenções procedeu-se à votação do ponto que foi aprovado por maioria com 20 votos a favor (16 da Coligação e 4 do Partido Socialista) e 8 votos contra do Partido Socialista (Srs. Deputados José Augusto Sousa, João Boto

Martins, César Branquinho, Nuno Pereira, Paulo Dirceu, Carla Cunha, Edite Cruz e Isabel Cruz).

Passou-se para o ponto dois ponto cinco - APRECIACÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2007 DA PROFACADEMUS – ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que solicitou que o ponto fosse apresentado pelo Sr. Vereador Fernando Cruz. Este fez a apresentação das contas baseando-se no relatório de gestão que foi distribuído aos Srs. Deputados. Assim referiu que os resultados se reflectiam por três grandes áreas estratégicas da gestão: a financeira, a pedagógica e a ciclo de investimentos. Desenvolveu estas três áreas focando os objectivos e os resultados. Focou a possibilidade de se adquirir brevemente a Escola ao Ministério das Finanças. Considerou como boa a gestão que está a ser feita. Manifestou a preocupação existente para assegurar a transição do PRODEP III para o QREN que apenas previa o financiamento a 50% ou 75% das despesas com o Ensino Profissional, felizmente isso não se verificou e pelo menos até final de 2008 as despesas elegíveis estão asseguradas a 100%. Terminou dizendo que estavam determinados para que este ensino fosse um factor de reconhecimento por parte dos empresários e dos pais ao fazerem esta opção para os alunos. Durante o debate deste ponto ausentou-se definitivamente da sessão o Sr. Deputado Guilherme Leitão Castanheira.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por maioria de 18 votos (15 da Coligação e 3 do Partido Socialista) e 8 abstenções do Partido Socialista (Srs. Deputados José Augusto Sousa, João Boto Martins, César Branquinho, Nuno Pereira, Paulo Dirceu, Carla Cunha, Edite Cruz e Isabel Cruz). Durante a votação verificou-se a ausência do Sr. Deputado Augusto Santos.

Seguiu-se para o ponto dois ponto seis - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO, AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DA LEI Nº2/2007, DE 15 DE JANEIRO. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que, fez a apresentação do ponto seguindo o já referido na proposta constante da documentação já distribuída aos Srs. Deputados. Salientou que este empréstimo se destinava exclusivamente ao pagamento de dívidas, transformando uma dívida de curto prazo numa dívida de médio e longo prazo e não contava para o cálculo do endividamento líquido. Informou que este plano não impedia o avanço dos investimentos previstos, não comprometia o futuro financeiro da autarquia e normalizava a relação com os fornecedores. Considerou este plano menos gravoso do que os compromissos que a Câmara tem hoje, havendo um ganho mensal de cerca de 15 mil euros. Concluiu solicitando aos Srs. Deputados algum cuidado na abordagem desta questão e para a analisarem não sob o ponto de vista político, mas sim sob o ponto de vista do futuro do Concelho.

Solicitou a palavra a seguir o Sr. Deputado João Boto Martins que, respondendo ao pedido do Sr. Presidente da Câmara disse ser dentro dos elementos da bancada do PS a pessoa que fazia a abordagem aos temas de uma forma menos política, por isso estavam já a corresponder ao pedido feito. Havia alguns factores no pedido com que tinham de concordar, pois como deu para a Câmara de Lisboa poupar dinheiro, também

dava para a Câmara de S.C.Dão, mas isso não era tudo e neste caso havia alguns elementos que os levavam a ter algum receio. Se estava em causa o endividamento líquido, que até certo ponto considerava de falacioso, não era menos verdade que o conjunto das dívidas eram superiores ao endividamento líquido e tinham de ser pagas. Considerou como bom a existência do conceito de endividamento líquido, pois pelo menos este impunha sanções e obrigava os executivos Municipais a terem cautela e a recorrerem às tais acções de engenharia financeira que por vezes não eram tão úteis como pareciam, servindo apenas para fugir às suas restrições e a assumir encargos que não contavam para o endividamento líquido, mas que no fundo têm que ser satisfeitos. Outro ponto que não os deixava satisfeitos num pedido de tão alto valor era que a proposta apresentada podia ser mais ambiciosa em termos de redução das despesas quer com pessoal, quer com a redução das despesas com aquisição de bens e serviços.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que concordava com a afirmação de que o conceito de endividamento líquido era falacioso, pois com as regras que havia uma Câmara tinha capacidade de endividamento, mas por vezes não tinha capacidade para cumprir com os compromissos assumidos, era o que acontecia com S.C.Dão e portanto a falácia já vinha de trás. O crime naquela altura não tinha tido consequências e agora estavam a sofrê-las na pele ainda por cima com efeitos retroactivos. Frisou que o pedido do empréstimo era até 5 milhões de euros, podendo eventualmente ser menor se entretanto durante o ano se conseguisse baixar a dívida que existia no momento. Concordou que a proposta podia ser mais ambiciosa, mas considerou que tinham que ser realistas e estar a prometer uma coisa que seria praticamente impossível de cumprir não estava nos seus objectivos. O que se propunha era perfeitamente exequível, são metas mínimas e se se pudesse ir mais longe, concerteza que se ia, mas o que era possível nesta altura era esta proposta. O valor pedido era para pagar dívidas a fornecedores e permitia uma redução nos encargos mensais da Câmara e permitia por outro lado a saída da situação de incumprimento das regras do endividamento líquido e portanto a penalização actual deixava de existir. As consequências da aprovação deste pedido iam dar um resultado de cerca de 60 mil euros mensais nas disponibilidades da Câmara, o que equivalia a cerca de 10% do valor mensal médio da receita e portanto esta situação devia ser levada em conta na altura da votação, em especial para quem como o Partido Socialista quer ser poder em 2009.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por maioria de 19 votos (15 da Coligação e 4 do Partido Socialista) e 8 abstenções do Partido Socialista. (Srs. Deputados José Augusto Sousa, João Boto Martins, César Branquinho, Nuno Pereira, Paulo Dirceu, Carla Cunha, Edite Cruz e Isabel Cruz).

Passou-se de seguida para o ponto dois ponto sete - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO NO VALOR DE €300.000,00, PARA OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA (PRAUD). O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que, começou por dizer que este pedido já tinha sido apresentado no ano passado em reunião de Câmara e não avançou na altura para a Assembleia Municipal, pois aguardou-se pela certeza de que este empréstimo não entrava nas contas para o endividamento líquido, este

empréstimo destinava-se a pagar obras no âmbito do Plano de Requalificação de Áreas Urbanas Degradadas que tem uma comparticipação do Estado de 25%. As obras estavam feitas e para se ter o reembolso era preciso pagá-las, esclarecendo que este valor seria retirado do valor do pedido de empréstimo anterior.

Pediu a palavra o Sr. Deputado João Boto Martins que, começou por dizer que a ideia expressa na sua intervenção no ponto anterior se mantinha em grande parte neste ponto. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se tinha valido a pena gastar os 75% da despesa uma vez que a comparticipação era de apenas 25%. Por outro lado a situação destes empréstimos não contarem para o cálculo do endividamento líquido podia levar a uma situação de alívio e a pensar que a situação estaria um pouco melhor, mas no fundo estava-se na mesma, pois o empréstimo tinha que ser pago.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que a situação não contribuía para a sensação de alívio pois existiam regras que tinham que ser cumpridas. Em relação à comparticipação ser de 25%, disse que este programa já existia desde 2004 e tinha sido a anterior Câmara a fazer esta candidatura, que não foi concretizada e até percebia porquê, pois na altura havia a possibilidade de outras candidaturas com comparticipações mas elevadas. Claro que agora e com a existência do QREN se houvesse obras do mesmo género já não se recorrerá ao PRAUD mas sim ao QREN.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por maioria de 19 votos (15 da Coligação e 4 do Partido Socialista) e 8 abstenções do Partido Socialista. (Srs. Deputados José Augusto Sousa, João Boto Martins, César Branquinho, Nuno Pereira, Paulo Dirceu, Carla Cunha, Edite Cruz e Isabel Cruz).

Seguiu-se para o ponto dois ponto oito - CONSTRUÇÃO, GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO/PROPOSTA = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que não era fácil para ele apresentar esta proposta, especialmente porque ia mexer com as finanças dos municípios, sob ponto de vista político também não era agradável, mas a necessidade de procurar novas fontes de financiamento para resolver o aumento das competências e funções da Câmara obrigava à tomada de soluções que não eram agradáveis, mas que demonstravam a responsabilidade de quem tinha que tomar decisões em termos de gestão futura do Município. Esta proposta era da sua inteira responsabilidade, embora houvesse total solidariedade dos restantes membros do executivo. Lembrou que dentro de poucos anos haveria inevitavelmente a obrigatoriedade de nos centros históricos urbanos entrar em vigor o princípio do utilizador/pagador. Houve por um lado o cuidado de definir de acordo com o Plano Director Municipal o que era a zona antiga da cidade e por outro lado apresentar uma tabela de taxas que fosse adequada ao poder de compra dos Santacombadenses, estas eram das mais baixas do mercado. Os objectivos eram os que constavam da proposta e esta situação iria resultar futuramente num melhor reordenamento na zona histórica e por outro lado permitir à Câmara um encaixe financeiro que era bem preciso.

Pediu de seguida a palavra o Sr. Deputado João Boto Martins que começou por referir que cabia ao Sr. Presidente da Câmara a responsabilidade de apresentar a

proposta, mas supunha que raras vezes lhe iria caber a obrigação de pagar o estacionamento, pois tinha parque privativo da Câmara. Considerou a proposta controversa, não tanto pelo princípio que lhe estava adjacente pois concordava que fosse pago o estacionamento nalgumas zonas do centro histórico, mas considerava grande a extensão da zona a pagar. No seu entender a proposta tinha várias lacunas, como por exemplo as receitas anuais, que eram o objectivo principal da proposta, serem pequenas, entre 6 a 8 mil euros.

Nesta altura o Sr. Presidente da Câmara discordou e esclareceu que logo no início havia um encaixe financeiro de pelo menos 1 milhão de euros a pagar pela cedência dos direitos de superfície. Disse ainda que por lei a cedência de exploração destes parques variava entre 30 ou 50 anos, conforme o património fosse do domínio público ou privado, cessando a partir do momento em que o capital estava amortizado, nesta altura a Câmara tomaria conta dos parques e fazia a sua exploração ou fazia novo contrato de exploração.

Continuando o Sr. Deputado Boto Martins disse ter-lhe escapado o valor da verba de 1 milhão de euros, mas o que pretendia era chamar à atenção para a exiguidade das receitas com o esforço a que seriam submetidos os automobilistas que iriam pagar o estacionamento. Comparou as verbas finais no termo do contrato entre o que era pago e o que a Câmara iria receber. Considerou que os automobilistas que quisessem vir para o centro da cidade teriam que pagar o estacionamento ou teriam de vir de bicicleta (que até fazia bem à saúde) ou de autocarro (que ainda não existia). Além da discrepância entre as verbas pagas pelos utentes e a verba a receber pela Câmara, havia outros factores a ter em conta, pois parte das pessoas com menos posses deixariam de vir para o centro da cidade ficando aquela zona com menos gente optando por ficar junto às grandes superfícies comerciais, haverá também o caso de tratamento igual entre carros pequenos e os que ocupam uma área maior sendo taxados todos da mesma forma. Referiu ainda o caso de protecção do ambiente e da paisagem, pois havia a intenção da construção de dois parques em locais que ainda têm uma localização um pouco diferente (o antigo parque infantil e outro num terreno privado que por enquanto está com silvas mas preferia ver silvas a asfalto). Considerou que a intenção contida na proposta de devolver aos peões os espaços pedonais, não seria verdadeira antes pelo contrário pois iria assistir-se a uma concentração de veículos no centro da cidade. Também não havia alternativa à utilização das viaturas, pois não se falava numa rede de transportes urbanos que já foi prometida. Questionou a seguir sobre a existência de recursos humanos para fiscalizar o sistema e considerou que se hoje em dia há o hábito de deixar o carro em cima do passeio, seguramente que no futuro haverá situações em maior número. Não se podia estar à espera de uma mudança de mentalidade rapidamente e também que se conhecessem as regras, aqui lembrou o caso de um semáforo que está às vezes em amarelo intermitente e os automobilistas desconhecem as regras da prioridade. Leu a seguir a declaração de voto do Partido Socialista, que faz parte integrante desta acta e constitui o seu anexo nº2.

Respondeu a seguir o Sr. Presidente da Câmara que começou por considerar a criação de uma rede de transportes urbanos para o centro da cidade como sendo completamente irrealista e perguntou ao Sr. Deputado Boto Martins se quando ia a

Coimbra ou a Lisboa deixava o carro à entrada das cidades e depois apanhava o autocarro para entrar na cidade, de certeza que o não fazia pois queria levar o carro para próximo do seu destino e aí pagava, estando a contribuir para um Município criar riqueza e que não era o seu, em S.C.Dão que era o seu Município não queria contribuir para criar receitas, assim estavam entendidos. Em relação ao alcatrão, não estava escrito em lado nenhum que os parques iam ser asfaltados e já tinha demonstrado que preferia a calçada ao alcatrão nas zonas urbanas de S.C.Dão, ao contrário do que foi feito pelo anterior executivo que colocou alcatrão nos parques que construiu, aqui e porque o Sr. Deputado Boto Martins referiu que não estava em S.C.Dão retorquiu que essa era a sua desculpa sempre utilizada mas que ele também não estava em S.C.Dão na altura, o Sr. Deputado não estava cá mas estava agora numa bancada que foi responsável por isso. Não era de desprezar a receita de 1 milhão de euros a somar à outra receita. Quanto às pessoas que poderão prevaricar e que hoje também o fazem, isso era o resultado do civismo que alguns têm, mas estavam sujeitos à multa e para isso existiam as entidades competentes para actuar. Quanto à protecção da paisagem o Sr. Deputado esquecia-se que iria ser retirada do local a bomba de gasolina da Galp e ia ser construído um parque no local que naturalmente iria ter alguns elementos verdes. Em relação aos recursos humanos estimava que bastaria uma pessoa para tomar conta de todo o sistema, por ser em grande parte automatizado, mas já estavam previstos no projecto os encargos com um funcionário. Sabia que era mais fácil, até porque ficavam bem vistos perante a população, votar contra mas voltava a referir que iriam ter em 2009 a oportunidade de revogar a decisão e indemnizar a empresa exploradora do dinheiro que foi recebido e investido e voltar a por tudo grátis.

Pediu a seguir a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que partindo do princípio que a proposta ia ser aprovada pela maioria, propunha que à semelhança do que acontecia em Condeixa, que visita várias vezes, a primeira meia hora de estacionamento fosse grátis.

Respondeu o Sr. Presidente da Câmara para retorquir que a diferença era apenas entre pagar zero ou pagar 20 cêntimos.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o ponto foi posto à votação sendo aprovado por maioria de 15 votos (14 da Coligação e 1 do Partido Socialista), 4 abstenções do Partido Socialista (Srs. Deputados Paulo Dirceu, Augusto Santos, Manuel Varela Dias e José Duarte da Cruz) e 7 votos contra do Partido Socialista (Srs. Deputados José Augusto Sousa, João Boto Martins, César Branquinho, Nuno Pereira, Carla Cunha, Edite Cruz e Isabel Cruz). Esteve ausente da votação o Sr. Deputado António Castro Cunha.

De seguida passou-se para o ponto dois ponto nove - REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DO PARQUE INDUSTRIAL DE SANTA COMBA DÃO/DESAFECTAÇÃO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL E RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL=APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO DOCUMENTO JUSTIFICATIVO DA DESAFECTAÇÃO DAS SERVIDÕES.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que justificou esta revisão com a necessidade de regularizar algumas situações anómalas que já vêm da altura da construção do parque industrial da Catraia. Esta necessidade surgiu

porque o executivo queria e quer utilizar a faixa de 50 metros que existe entre o parque industrial e a estrada municipal para ai instalar o projecto das micro empresas, mas porque houve uma queixa por parte dos Srs. Vereadores do Partido Socialista dizendo que as obras que lá se pretendiam fazer eram ilegais, foi examinado o projecto do parque industrial para nele incluir aquela faixa e assim puder avançar com o projecto das micro empresas naquele local. Verificou-se que todos os lotes não correspondiam às suas áreas no Plano de Pormenor do parque e à sua localização, havia até uma situação gravíssima que era uma construção (pavilhão F.Mota) em área da Reserva Ecológica Nacional e que daria na altura perda de mandato. Assim e depois de feito o levantamento de toda a situação, pretendia-se que este novo Plano de Pormenor regularizasse todas as situações que não estavam correctas e ao mesmo tempo aumentar a sua área de intervenção. Esperava que os proprietários que utilizaram menos área do que a que pagaram, não viessem agora pedir indemnizações a esta Câmara que não teve nada a ver com o assunto. Esta aprovação em Assembleia Municipal não era obrigatória, mas dava mais força ao processo.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por unanimidade.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos, foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão que foi aprovada por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Fez a primeira intervenção a Sra. D. Esmeralda Rocha Antas de Vila Pouca que, começou por se referir à frase dita anteriormente sobre o apontar do dedo dizendo que seria bom verificar quem mais anda a apontar os dedos. Disse ter tido a possibilidade de consultar as contas que hoje foram apresentadas, onde se dava conhecimento da verdade nua e crua e sem receio dos números. Uma situação a que não estávamos habituados. Esta apresentação perante os eleitores para além de surpreendente mostrava o respeito que mereciam os munícipes. Em relação às obras no Largo do Município, mostrou o seu agrado, ficando também satisfeita pela colocação no local das oliveiras. Concordou com a colocação dos parquímetros, à semelhança do que já acontecia noutras cidades. Referiu-se à questão levantada na última sessão e também já referida nesta da merenda proveniente da receita da venda de sucata, manifestando a sua solidariedade para com os trabalhadores da equipa de recolha de monstros, dizendo ainda que pelo que tinha sabido a prática já vem de há vários anos e até com a presença de pessoas responsáveis que se escusava de mencionar por não estarem presentes. Não considerava a situação grave, ao contrário da prática de fazer passeios de helicóptero que terminavam com um final feliz. Tinha o máximo respeito pelos Bombeiros e pela instituição, mas da forma como era gerida já nem tanto. Lamentou as situações de roubo que se têm verificado nos jardins em relação às flores. Terminou dizendo que nunca foi, não era e nunca seria contra os serviços úteis em S.C.Dão, antes pelo contrário, será sempre a favor deles e do seu bom funcionamento mas sem dois pesos e duas medidas.

Pedi a seguir a palavra a Sra. D. Inês Maria Matos de S.C.Dão que e porque era funcionária da Câmara, porque nunca se tinha sentido privilegiada ou protegida por qualquer estatuto público, pedia para ser clarificada a situação do parque privativo da

Câmara Municipal hoje utilizado pelos funcionários, tendo em conta que no ponto oito da Ordem de Trabalhos, foi insinuado que alguns dos trabalhadores daquela zona seriam diferenciados positivamente em relação aos restantes trabalhadores da zona urbana de S.C.Dão. para que não se especulasse sobre o assunto e por pensar ser aquele o local próprio, pedia ao Sr. Presidente da Câmara a clarificação da situação.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara informou que o parque hoje privativo da Câmara irá deixar de o ser e quem quisesse utilizá-lo pagaria como todos os outros. Haverá, mas para todos a possibilidade de comprar um cartão mensal a utilizar em qualquer parque que ficará mais barato, tendo a vantagem de não estar a utilizar moedas todos os dias e que custará entre 15 a 20 euros mensais.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas dezanove horas e dela se lavrou a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos membros da mesa.